



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE O VETO INTEGRAL AO PROJETO DE LEI Nº 263/2019

AUTOR: Executivo Municipal.

RELATOR: Vereador Joecir Bernardi - PSD

SÚMULA: Veto integral ao Projeto de Lei nº 263/2019 que dispõe sobre a colocação de placas indicativas de proibição de execução de barulho, ruídos e sons excessivos em locais diversos e dá outras providências.

SÍNTESE

O Executivo Municipal pretende vetar na íntegra o Projeto de Lei nº 263/2019, de autoria do Vereador Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD, que dispõe sobre a colocação de placas indicativas de proibição de execução de barulho, ruídos e sons excessivos em locais diversos e dá outras providências.

ANÁLISE

Em sua justificativa aduz o Executivo que, o Projeto de lei nº 263/2019, de autoria do Vereador Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD, que o Projeto não apresenta planejamento para ações efetivas junto a comunidade, às famílias, nem mesmo apresenta a origem dos recursos para a concretização do Projeto, sendo que também não há planejamento no PPA. Alega por tanto, vício por iniciativa, por se tratar de matéria orçamentária, vício de iniciativa, por contemplar novas atribuições às Secretarias Municipais e possível violação do interesse público.

No que tange ao argumento quanto à matéria orçamentária, é do Executivo Municipal a competência, na qualidade de titular de dito poder, o responsável pelo envio do orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual. Por tanto é o Executivo que tem a competência de aferir sobre eventual impacto financeiro nas contas do município.

Doutro modo, de acordo com o parecer jurídico desta Casa de Leis, no que tange a alegação de vício de iniciativa por se tratar de matéria orçamentária, o Supremo Tribunal Federal já demonstrou entendimento de que podem os parlamentares apresentarem leis que gerem despesas à Administração Pública, desde que não sejam de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

No que concerne ao vício de iniciativa por supostamente criar novas atribuições às Secretarias Municipais, contudo, o Executivo Municipal não faz o apontamento de quais "novas atribuições" que o projeto estaria contemplando às Secretarias Municipais, até porque, por lógica, a colocação de placas indicativas de



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1502



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorjoecir@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

disposições de leis municipais por certo já é atribuição da Secretaria responsável pela organização do trânsito ou planejamento urbano do município.

Com relação à possível falta de interesse público alegado pelo Executivo, observa-se atentamente, que não há qualquer fundamentação correlata à matéria em apreço, porquanto traz referências da Secretaria de Saúde, matéria totalmente alheia ao caso concreto.

É o Relatório.


CONCLUSÃO

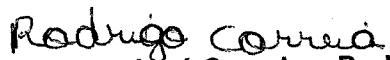
Após análise do Veto Integral encaminhado pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 263/2019, optamos por exarar **PARECER CONTRÁRIO** ao Veto Integral do Poder Executivo.

É o nosso parecer, SMJ.
Pato Branco, 30 de outubro de 2020.


Joesir Bernardi – PSD
Membro/Relator


Marines Boff Gerhardt – PSDB
Membro


Amilton Maranoski - PL
Membro


Rodrigo José Correia – Podemos
Membro


Fabrício Preis de Mello - PSD
Presidente/Membro

